



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 12/05/2014 10:49:29, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez. Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0015418-75.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral - Reconvenção**
 Requerente: **João de Mattos**
 Requerido: **Rosana Aparecida da Silva Calvo**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Feito n. 1297/13: Rosana Aparecida da Silva Calvo move ação em face de **João de Mattos**, alegando que celebraram contrato de compra e venda de veículo financiado em 26.09.2011, oportunidade em que foram transferidos ao réu os direitos e obrigações contratuais referentes ao veículo VW Fox 1.0, placas DSI-1517/SP, ano de fabricação e modelo 2006. O réu deixou de pagar as prestações do financiamento e multas por infração à legislação do trânsito, fato que gerou para a autora a perda de sua CNH, tendo sido seu nome negativado em bancos de dados. Até agora persiste o prejuízo material da autora, além da dívida com a financeira que deveria ser paga pelo réu. Fruto desse inadimplemento contratual foram os danos morais causados à autora, atingida em sua dignidade. Pede a procedência da ação para condenar o réu a pagar à autora o valor das mensalidades não cumpridas perante a financeira, assim como o valor das multas por infração à legislação do trânsito, totalizando R\$ 10.000,00, bem como indenização por danos morais cujo valor deverá ser arbitrado judicialmente por conta da negativação do nome da autora em bancos de dados e por ter perdido sua CNH, além de honorários advocatícios e custas. Documentos às fls. 09/15.

O réu foi citado e contestou às fls. 21/40 alegando que o CPF da autora está errado. A inicial é inepta por não ter especificado os danos materiais e o valor de cada um. No mérito, a autora recuperou a posse do veículo desde abril/2012, sendo que as multas por infração à legislação do trânsito foram aplicadas no período em que o veículo estava na posse da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

autora, com exceção de duas multas de gravidade média cometidas pelo réu. Pagou as prestações do financiamento vencidas até a data da devolução do veículo para a autora. Não procede o pedido de indenização por danos materiais, que são da responsabilidade da autora. Esta está inadimplente com outros bancos, motivo pelo qual seu nome foi negativado em bancos de dados. Ausente o nexo de causalidade entre a conduta atribuída ao réu e o alegado prejuízo material e moral. Improcede a demanda. Documentos às fls. 43/457.

Feito n. 1648/13: O autor reconveio às fls. 461/469 alegando que a reconvinde está na posse do veículo desde abril/12. Não foi possível licenciar o veículo pois a reconvinde não pagou as multas que ela cometera. A reconvinde quem deu causa ao inadimplemento do contrato, pois não quitara as nove multas que havia cometido antes da venda do veículo. O reconvinte cometeu duas infrações de gravidade média, cujos valores foram pagos à reconvinde quando da entrega do veículo. Como forma de compensação a reconvinde pediu ao reconvinte que aceitasse transferir para o seu nome os pontos de um formulário que ela lhe apresentou concernente à multa de 01.10.2012. A filha do reconvinte assumiu essa multa. Pagou corretamente as mensalidades do financiamento enquanto esteve na posse do veículo. Pagou as parcelas vencidas em 13.02.2012 e 13.03.2012. A ação de busca e apreensão movida pelo Banco Fiat S/A se deu ante o inadimplemento da reconvinde com a parcela vencida em 13.5.2012 e as subsequentes. A reconvinde não entregou o veículo ao Banco Fiat S/A. A reconvinde ficou de devolver ao reconvinte o valor por ele pago, qual seja, R\$ 8.125,83, mas acabou lhe restituindo apenas R\$ 3.200,00, isso no dia 29.10.2012. A reconvinde causou danos materiais ao reconvinte no importe de R\$ 4.925,83, já deduzido o valor recebido de R\$ 3.200,00. A reconvinde cometeu ato ilícito ao promover ação de indenização em face do reconvinte, extrapolando os limites da boa-fé, impedindo-o com essa conduta de poder adquirir outro veículo, diante dos prejuízos que lhe causara, o que gerou muitos transtornos à família do reconvinte. Pede a procedência da reconvenção para condenar a reconvinde a pagar ao reconvinte R\$ 4.925,83, bem como indenização por danos morais cujo valor deverá ser arbitrado de modo a se compatibilizar com os danos causados pela reconvinde e a gravidade das acusações, além das custas do processo e honorários advocatícios. Documentos às fls. 472/503.

A reconvinde contestou às fls. 507/511 dizendo que o contrato de compra e venda celebrado pelas partes pautou-se pela probidade e boa-fé objetiva. O veículo fora entregue ao reconvinte com as parcelas em dia, mas este deixou de pagar o Banco fiduciante. Havia multas anteriores ao contrato de compra e venda e o reconvinte obrigou-se a pagá-las. O reconvinte manteve-se na posse do bem e não o devolveu para a reconvinde. Não exibiu recibo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

dessa devolução do bem. Os R\$ 3.205,73 foram entregues para Rosângela, filha do reconvinte, para pagar o débito pendente com o banco fiduciante, para liquidar a dívida indicada na ação revisional que teve curso pela 3ª Vara Cível local. Depois de receber o cheque e não pagar o que fora acordado, a filha do reconvinte devolveu-lhe o bem em estado precário. Improcede a reconvenção. Documentos às fls. 512/517.

Colheu-se a prova oral. Em alegações finais (fls. 538), as partes reiteraram os seus anteriores pronunciamentos.

É o relatório. Fundamento e decido.

A autora celebrara contrato de financiamento com o Banco Fiat S/A, tendo dado em garantia fiduciária o veículo VW, Fox - TF 1.0, placas DSE-1517, conforme fls. 369/372. A autora tinha a obrigação de pagar 60 parcelas mensais para quitar o financiamento, vencendo-se a primeira em 28.03.2011 e a última em 28.02.2016.

Em 26.09.2011, a autora cedeu ao réu, sem a interveniência do Banco Fiat S/A, os direitos e obrigações do contrato de financiamento acima referido. Àquela época havia saldo devedor para com o credor fiduciante da ordem de 54 parcelas, conforme consta do primeiro parágrafo da cláusula 5ª (fl. 473). A autora recebeu do réu R\$ 1.800,00, em 26.10.2011, conforme cláusula 4ª de fl. 473. A parcela de outubro/2011 e as subseqüentes deveriam ser pagas pelo réu. Este tomou posse direta do veículo na data da celebração daquele contrato, ou seja, 26.09.2011, que coincide com a própria data do reconhecimento das firmas dos contratantes (fl. 474). O réu responsabilizou-se pelo pagamento das supervenientes multas por infração à legislação do trânsito, conforme parágrafo primeiro da cláusula 2ª de fl. 472. A autora, por seu turno, responsabilizou-se pelo pagamento das multas pretéritas e também pela higidez da documentação do veículo, conforme cláusula 2ª (fl. 472).

A autora afirmou, quando depôs em juízo, que o veículo lhe foi devolvido em maio de 2013 (fl. 551), e o réu, desde a contestação, sustentou que a devolução acontecera em 5 de abril de 2012 (fl. 25). A autora recebeu do Banco Fiat S/A a notificação de fls. 373, no dia 08.10.2012 (fl. 374). Nos e-mails de fls. 512/514 a autora trouxe para os autos os registros da conversação entre ela e Elisângela Mattos (filha do réu: este à fl. 552 disse ter emprestado seu nome para que essa filha pudesse adquirir o veículo). No dia 12.11.2012, data do início da conversação (fl. 512), Elisângela diz para a autora que foram pagas 13 prestações. Certamente por um gesto de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

tolerância do Banco Fiat S/A o vencimento se alterou do dia 28 para o 13 do mês subsequente, motivo pelo qual constou no primeiro parágrafo de fl. 361 que a primeira prestação se vencera em 13.04.2011. Essa é a razão pela qual a notificação de fls. 373/374 referiu-se à prestação vencida e não paga do dia 13.05.2012. Significa que as 13 prestações pagas referiam-se às vencidas desde 13.04.2011 até 13.04.2012. No terceiro parágrafo de fl. 361 consta que as duas últimas prestações do financiamento já se encontravam pagas (13.02.2016 e 13.03.2016).

No dia 14 de março de 2013 (fl. 513), a autora informou Elisângela de que recebera do Banco Fiat S/A proposta “muito boa tanto para a quitação das parcelas em atraso quanto para a quitação total do financiamento”. No dia 14.03.2013, 00:22h, a autora noticiou Elisângela de que diante do descaso desta, ela autora solicitaria do Banco Fiat vir a São Carlos para buscar o carro. Já no dia 25.03.2013, às 11:07h, a autora enfatizou para Elisângela que teria que devolver o carro, pois ela autora já recebera a notificação (fl. 514). A autora ajuizou a ação revisional de cláusulas do contrato de financiamento em face do Banco Fiat S/A, feito nº 951/12 da 3ª Vara Cível (fls. 107/282), no dia 23.04.2012 (f. 107), mas o réu quem efetuou os 5 depósitos discriminados às fls. 239/243, no valor de R\$3.205,73.

A autora sagrou-se parcialmente vencedora nesse pleito, conforme cópia da sentença de fls. 184/189, e que transitou em julgado (fl. 220). A autora recebeu em devolução os valores depositados no curso daquela lide (fl. 234) e também o crédito exequendo (fls. 260 e 267). Restituiu ao réu os R\$3.205,73 (fato por ele confirmado a fl.552), valores que o réu depositara, tanto que, segundo a tese da autora, esse valor correspondeu aos depósitos mensais de R\$ 532,68 (a título de exemplo: fls. 210/211) efetuados pelo réu no curso da ação proposta pela autora à fl. 107, conforme item 02 de fl. 115. Não é verdade que a sentença proferida naquela revisional tenha reduzido o valor da prestação mensal do financiamento para R\$ 530,00, conforme informado pela autora a este juízo à fl. 551. Continuou o mesmo valor indicado no contrato de financiamento: R\$ 803,69, valor apontado à fl. 361 e na planilha de crédito de fl. 372.

Vieram para os autos as cópias do processo 1245/12, 4ª Vara Cível (fls. 284/357), mas se referem ao financiamento que a autora celebrara com a BV Financeira S/A, cuja cópia da CCB consta de fls. 259/301, tendo como garantia fiduciária outro veículo, portanto, são documentos que não guardam correlação alguma com este litígio.

Aportaram também nos autos cópias do processo nº 958/12, 1ª Vara Cível, proposta pela ora autora em face do Banco Cifra Crédito Rápido, cujo contrato e garantia também não dizem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

respeito ao contrato e veículo que interessam ao presente litígio, conforme se vê de fls. 412/456.

O Banco Fiat S/A ajuizou ação de busca e apreensão em face da autora, feito nº 2468/12, 4ª Vara Cível, fundado no inadimplemento da autora quanto ao pagamento da prestação vencida em 13.05.2012, conforme fls. 359/375, ou seja, quando o veículo ainda se encontrava em poder da autora.

Quando da celebração do contrato entre os litigantes (fls. 472/474), datado de 26.09.2011, a autora tinha múltiplas dívidas decorrentes de infrações à legislação do trânsito, conforme fl. 475. Com efeito, as datas das infrações são as seguintes: 05.07.2011, 20.07.2011 (4 multas nesse dia), 12.08.2011, 23.08.2011, 01.09.2011 e 05.09.2011. Significa que o réu, enquanto esteve na posse do veículo, também sofreu multas por infração à legislação do trânsito, em 06.11.2011, 16.02.2012, 01.10.2012 e 07.12.2012.

Não é verdade que o veículo foi devolvido à autora em abril de 2012 (fl. 552). Mais razoável a tese da autora de que essa devolução aconteceu em maio de 2013 (fl. 551), tanto que a filha do réu, Elisângela Aparecida de Mattos dos Santos, quem praticou a infração à legislação de trânsito em 01.10.2012, conforme fl. 476. Não cola de modo algum a versão do réu de que houve acerto com a autora para que Elisângela assumisse o cometimento de duas infrações para reduzir a pontuação na CNH da autora. Se verdadeira fosse essa versão, ainda assim seria dado ao juiz desconsiderar essa tese do réu, pois a fraude não produz bons frutos para quem quer que seja. Prevalece a higidez do documento de fl. 476.

É certo que a autora quem propôs a ação revisional pela 3ª Vara Cível (fl. 107/116) e conseguiu atrair o réu para os depósitos mensais e consecutivos das prestações do financiamento. O réu depositou valores relacionados às prestações vencidas em maio/2012, junho, julho, agosto e setembro/2012. Somente dois valores depositados corresponderam ao preciso valor de cada prestação. Os três outros foram depositados segundo a pretensão expressa na petição da autora no item 02 de fls. 115, ou seja, R\$ 532,68.

Quando a autora no e-mail já mencionado sustentou que se o réu, na pessoa de Elisângela, não pagasse as prestações vencidas ou quitasse o financiamento, ela autora entregaria o carro, estava sustentando que indicaria para o Banco Fiat S/A qual o endereço para a localização e apreensão do veículo. É de se notar que a liminar de busca e apreensão foi concedida em 31.10.2012 (fl. 384) e o veículo não foi encontrado em poder da autora (fls. 402, 404 e 406).

A autora não cumpriu sua parte no contrato, pois deixou de pagar as multas praticadas no período em que o veículo esteve em seu poder (fl. 475). O réu deixou de pagar o IPVA de 2012,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

no importe de R\$ 1.262,22, e o DPVAT de 2012 de R\$ 101,16. Não pagou, proporcionalmente, até maio/2013, o IPVA e DPVAT, conforme fl. 475.

A autora teve o nome negativado pelo Banco Fiat S/A, conforme fl. 74. Entretanto, já tinha em seu nome outras negativas, ainda não removidas, por débitos com diversas outras empresas, conforme fls. 74. Por analogia se aplica à espécie, a Súmula 385, do STJ. A autora não sofreu danos morais em decorrência da negativação averbada pelo Banco Fiat S/A, haja vista o seu histórico de inadimplemento de obrigações pecuniárias.

A autora informou que teve a sua CNH cassada por conta do excesso de pontuação por infrações à legislação do trânsito. Contudo, ela quem deu causa a essa cassação, pois foi a responsável direta pelas múltiplas multas impostas no período em que esteve na posse direta do veículo. O réu cometeu 4 infrações à legislação de trânsito, mas não foram decisivas para aquela cassação. Duas dessas multas foram registradas inclusive em nome de sua filha Elisângela, que era quem habitualmente utilizava o veículo.

Como se vê, ambos os réus contribuíram decisivamente para o inadimplemento substancial do contrato. Curiosamente, nenhum deles tem razão. Não há dinheiro algum a ser repetido quer em favor da autora quer em favor do réu-reconvinte. O contrato por eles celebrado às fls. 11/13 sem dúvida se classificava como de risco, já que a cessão foi feita informalmente, já que não contou com a interveniência do Banco Fiat S/A.

Não há que se falar em indenização por danos materiais ou morais em favor da autora ou do reconvinte. Como já consignado, ambos agiram em desconformidade com o direito, recolhendo pois o fracasso do recíproco inadimplemento contratual.

JULGO IMPROCEDENTES a ação principal de nº 1297/13 e o pedido reconvenicional de nº 1648/13. Cada parte arcará com o custo de seu advogado. Custas *pro rata*. Isento o réu-reconvinte do pagamento das custas e despesas processuais pois lhe concedo os favores da AJG (fl. 471). O réu-reconvinte não pagará as custas do processo pertinentes à sua concorrente sucumbência. A autora teve esses benefícios revogados, conforme fl. 19 do apenso.

P.R.I.

São Carlos, 19 de maio de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA